

Indústria

RETROSPECTO INDUSTRIAL

O ritmo do desenvolvimento industrial sofreu em 1953 impactos superiores aos dos períodos antecedentes. A propensão a importar matérias-primas e equipamentos industriais, determinada pelo crescimento industrial, foi comprimida pelas dificuldades de negócios no comércio exterior, cuja crise teve início em fins de 1952, agravando-se durante todo o ano de 1953.

De janeiro a julho de 1952, as importações de matérias-primas montaram a 4,2 bilhões, e no mesmo período de 1953 a 2,0 bilhões; as de máquinas e aparelhos, no período considerado, foram de 3 bilhões em 1952 e 2,1 bilhões em 1953. Também se compraram manufaturas semi-acabadas na mesma proporção das matérias-primas e equipamentos.

Assim, a escassez de meios de pagamento no mercado internacional reduziu os suprimentos de elementos essenciais de nosso parque industrial em cerca de 50%. Desta forma, a compressão drástica realizada na importação de manufaturas menos essenciais, que poderia constituir elemento favorável ao desenvolvimento da produção nacional substitutiva, foi anulada pelas restrições ocorridas no setor das matérias essenciais. Ainda sob o aspecto do comércio exterior, cabe salientar que a instabilidade do mercado de câmbio, verificada no último trimestre, determinou certa indecisão relativamente à manutenção dos estoques de matérias-primas e aos novos investimentos industriais, seja quanto à instalação de novas indústrias, seja quanto ao reequipamento das unidades existentes. No estabelecimento do regime de licitação cambial, observaram-se certas restrições à medida, por parte da indústria, sob a alegação de que, em consequência dos altos preços das divisas adquiridas nos leilões, resultaria aumento substancial dos custos das manufaturas. Tais reações foram desaparecendo com a compreensão de que poucas eram as indústrias importadoras diretas de matérias-primas e equipamentos que realizavam compras às taxas oficiais. O que realmente ocorria no regime da licença prévia era a alta dos preços internos das mercadorias importadas, para atender aos custos fixos das firmas importadoras. As perspectivas para o ano de 1954 são consideradas animadoras, tendo em vista a reação das exportações, que no último trimestre de 1953 atingiram cifras recordes, decorrendo daí maiores disponibilidades cambiais.

Impacto igual ou maior que as restrições de suprimentos de matérias-primas ou equipamentos para a indústria foi o resultante da crise de energia elétrica, que eclodiu em 1953 com intensidade extraordinária, pois veio

juntar-se ao esgotamento da capacidade de energia instalada uma longa estiagem que reduziu a vasante das represas.

O sistema de racionamento e o de cortes de energia a que foi sujeita a indústria constituíram entaves à expansão e manutenção das atividades impondo aos estabelecimentos e à mão-de-obra horários anormais de trabalho, com desperdício de fatores de produção e redução dos índices de produtividade.

Outro elemento desfavorável para o ritmo dos negócios foram as constantes greves deflagradas, culminando com a inquietação nos meios industriais, decorrente da possibilidade do estabelecimento do salário mínimo em nível igual a 100% do estabelecido a partir de janeiro de 1952.

I - ALGUNS ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE INDUSTRIAL
ÍNDICES 1949 (1940=100)

INDÚSTRIA	PRODUÇÃO (1)	PESSOAL (2)	PRODUTIVIDADE (3)
Extrativa Mineral	118	100	118
Extrativa Vegetal	113	113	100
Metalúrgica	365	196	186
De Transformação de Minérios não Metalúrgicos	342	213	161
Borracha	480	300	240
Têxteis	167	146	114
Calçados	171	141	121
Produtos Alimentícios	136	145	94
Editorial e Gráfica	164	155	106
Construção Civil	142	135	105
Bebidas (Cerveja)	259	182	142
MÉDIA PONDERADA	110,5*		

Fonte: (1) Gustaf Loeb - Revista Brasileira de Economia, março de 1953;
(2) Recenseamento Geral do Brasil 1950 - Censo Industrial - I.B.G.E.;
(3) Relação entre (1) e (2).

(*) Média ponderada segundo a importância relativa de cada ramo no Valor Total da Produção Industrial em 1949.

Inúmeras greves, com perda irrecuperável de produção, necessariamente terão feito cair os índices de produtividade, cujo crescimento no último decênio foi considerado auspicioso para o desenvolvimento econômico. O QUADRO I mostra que o índice geral da indústria, ponderado pela importância de cada ramo, na década finda em 1949, é de 110,5.

É também possível que os relevantes esforços da iniciativa privada anulem os efeitos da conjuntura desfavorável de 1953, pois se nota maior rigidez na estrutura industrial, evidenciada pela tendência da melhoria de produtividade e pela vontade de investir em setores básicos. O QUADRO II indica que durante o ano de 1952 se verificaram subscrições de capital em bens de produção no valor de 2 706,5 milhões, contra 1 211,0 milhões em indústrias de bens de consumo. Ainda em 1952, foram incorporadas ao capital reservas e importâncias de contas correntes no valor de 1 877 milhões, contra 2 112,5 milhões na indústria de bens de consumo. O QUADRO III, referente às emissões de capital, mostra que não houve em 1953 diminuição

II - EMISSÕES DE CAPITAL NA INDÚSTRIA
JANEIRO A DEZEMBRO DE 1952
(Em milhões de cruzeiros)

E S P E C I F I C A Ç Ã O	TOTAL GERAL	NOVAS COMPANHIAS	AUMENTO DE CAPITAL REALIZADO POR:				
			Total	Subscrição	Incorp- ração de Reserva	Incorp- ração de C/C	Reavaliação de Ativo
BENS DE PRODUÇÃO	6 581,6	1 047,4	5 534,2	2 706,5	1 386,1	490,9	950,7
<u>Sectores Básicos</u>	<u>1 738,0</u>	<u>459,0</u>	<u>1 279,0</u>	<u>969,4</u>	<u>109,2</u>	<u>28,7</u>	<u>171,7</u>
Serviços Públicos em Geral	35,3	12,8	22,5	5,1	5,3	4,0	8,1
Luz e Força	758,7	8,5	750,2	676,7	61,7	2,0	9,8
Transportes	267,0	11,2	255,8	152,2	7,0	6,0	90,6
Mineração	185,8	17,3	168,5	118,4	4,0	11,3	34,8
Siderúrgica	491,2	409,2	82,0	17,0	31,2	5,4	28,4
<u>Outras</u>	<u>4 843,6</u>	<u>588,4</u>	<u>4 255,2</u>	<u>1 737,1</u>	<u>1 276,9</u>	<u>462,2</u>	<u>779,0</u>
Metalúrgica	972,5	108,0	864,5	197,2	244,0	340,3	83,0
Máquinas e Aparelhos	693,0	71,6	621,4	270,9	314,5	16,8	19,2
Cimento, Cerâmica, Vidro	1 188,2	189,2	999,0	670,9	213,5	61,6	53,0
Química	648,0	36,9	611,1	169,7	83,1	4,1	354,2
Borracha e seus Artefatos	330,2	27,4	302,8	75,5	105,8	1,5	120,0
Óleos e Gorduras	113,7	35,8	77,9	33,5	20,0	4,4	20,0
Papel e Papelão	473,9	33,0	440,9	111,2	181,1	19,0	129,6
Construções e Engenharia	424,1	86,5	337,6	208,2	114,9	14,5	-
BENS DE CONSUMO	5 226,7	499,7	4 727,0	1 211,0	1 925,4	187,1	1 403,5
Têxtil e seus Artefatos	2 113,3	139,0	1 974,3	570,9	656,0	113,5	633,9
Produtos Farmacêuticos	348,1	15,7	332,4	80,1	158,7	19,5	74,1
Madeira e seus Artefatos	151,4	18,2	133,2	36,8	66,7	5,0	24,7
Couro, Peles e Artefatos	110,6	5,8	104,8	29,2	68,3	0,8	6,5
Indústria Gráfica	75,7	10,2	65,5	20,5	35,0	3,6	6,4
Produtos Alimentícios	1 143,3	235,2	908,1	230,0	376,3	35,4	266,4
Materiais Plásticos	62,7	42,9	19,8	6,5	9,0	1,3	3,0
Diversas	1 221,6	32,7	1 188,9	237,0	555,4	8,0	388,5

Fonte: Serviço Bancas.

III - EMISSÕES DE CAPITAL NA INDÚSTRIA
JANEIRO A SETEMBRO DE 1953
(Em milhões de cruzeiros)

E S P E C I F I C A Ç Ã O	TOTAL GERAL	NOVAS COMPANHIAS	AUMENTO DE CAPITAL REALIZADO POR:					Origem Ignorada
			Total	Subscrição	Incorpo- ração de Reserva	Incorpo- ração de C/C	Reavali- ação do Ativo	
BENS DE PRODUÇÃO	5 402,1	979,8	4 422,3	1 785,1	1 031,2	398,1	1 199,1	8,9
Setores Básicos	<u>1 374,2</u>	<u>535,7</u>	<u>838,4</u>	<u>517,8</u>	<u>120,7</u>	<u>83,5</u>	<u>116,5</u>	-
Serviços Públicos em Geral	91,9	3,8	88,1	16,8	41,4	-	30,0	-
Luz e Força	710,6	433,6	277,1	181,3	61,3	18,2	16,3	-
Transportes	190,8	16,0	174,9	144,2	1,7	1,8	27,3	-
Mineração	286,4	82,4	204,0	154,6	1,7	37,7	10,0	-
Siderúrgica	94,4	-	94,4	21,1	14,6	25,8	32,9	-
Outras	<u>4 027,9</u>	<u>444,0</u>	<u>3 583,2</u>	<u>1 267,3</u>	<u>910,5</u>	<u>314,6</u>	<u>1 082,6</u>	<u>8,9</u>
Metalúrgica	598,2	14,5	583,7	114,8	191,0	44,0	232,4	1,5
Máquinas e Aparelhos	882,3	187,6	694,7	164,6	198,0	134,3	197,3	1,0
Cimento, Cerâmica e Vidro	586,2	33,4	552,8	319,0	91,7	60,1	75,2	7,0
Química	749,3	73,1	676,2	264,2	165,2	25,6	221,2	-
Borracha e seus Artefatos	194,9	28,5	166,4	24,7	43,0	1,8	97,0	-
Óleos e Gorduras	34,4	1,5	32,9	10,9	17,0	-	5,0	-
Papel e Papelão	360,2	3,1	357,1	63,9	75,4	44,6	213,2	-
Construções e Engenharia	622,5	102,4	520,1	305,4	129,2	44,3	41,3	-
BENS DE CONSUMO	5 603,6	336,7	5 266,9	1 153,7	1 185,8	(1) 363,1	2 450,7	113,7
Têxtil e seus Artefatos	1 699,5	85,1	1 614,4	147,5	333,7	(2) 165,0	855,5	112,7
Produtos Farmacêuticos	209,2	8,0	201,2	35,8	80,5	39,1	45,7	-
Madeira e seus Artefatos	193,3	16,0	177,3	62,1	81,4	21,5	12,2	-
Couro, Peles e Artefatos	149,4	4,0	145,4	48,3	20,6	13,3	63,2	-
Indústria Gráfica	291,8	19,5	272,3	74,7	83,1	6,6	107,8	-
Produtos Alimentícios	2 314,2	138,2	2 176,0	564,6	295,3	58,6	1 257,5	-
Materiais Plásticos	75,4	-	75,4	27,3	40,5	4,3	3,3	-
Diversas	671,0	65,9	605,1	193,4	250,7	(3) 54,7	105,3	1,0

(1) Inclusive 25 800 de bens. (2) Inclusive 24 000 de bens. (3) Inclusive 1 800 de bens. Fonte: Serviço Banaas.

da tendência a investir no setor industrial; ao contrário, os investimentos até setembro de 1953 equivalem aproximadamente ao total dos de 1952. Os dados enumerados não incluem reavaliações de ativos e somente se referem a emissões novas de capital, incorporação de reservas e valores de contas correntes, porquanto estes dois últimos elementos constituem as importâncias de lucros reinvestidos.

MINERAÇÃO

Em 1952 os investimentos no setor mineração alcançaram cerca de 185,8 milhões e até setembro de 1953 foram feitas emissões de capital da ordem de 276,4 milhões, ou seja, um incremento até então sobre o total do ano anterior de 90,6 milhões.

A mineração de carvão continuou no mesmo ritmo de 1952, produzindo-se 1 543 848 t, até setembro de 1953, contra 1 497 484 t em igual período de 1952. As importações de carvão até julho somaram 287 132 t, isto é, 181 221 t a menos que as do mesmo período de 1952. A indústria carbonífera, nos moldes em que é explorada e com as dificuldades que se lhe impõem, ainda é considerada pouco rendosa, carecendo de política econômica própria, a fim de que alcance um desenvolvimento adequado. A lei 1 886, de 11 de junho de 1953, denominada Plano do Carvão Nacional, estabelece medidas para conjugar as atividades de produção, beneficiamento, transporte e distribuição do carvão nacional, visando a ampliar-lhe a produção, regularizar o seu funcionamento, reduzir-lhe os preços e melhor aproveitá-lo como matéria-prima e combustível. Para atender às despesas do plano, foi aberto crédito especial de 955 milhões de cruzeiros, aplicável no quinquênio a começar em 1953, sendo especificadamente disposto o orçamento de aplicação da verba aprovada. Este fator é considerado auspicioso para o setor industrial, tendo em vista que o investimento público se destina principalmente à melhoria dos portos carvoeiros, transporte ferroviário, produção de energia termelétrica e financiamento das empresas produtoras. Esperam os responsáveis pelo plano reduzir de 50% o preço do carvão.

A indústria de mineração de ferro, que figurou em 1952 como elemento preponderante na balança comercial, foi obrigada em 1953 a reduzir os preços de venda no mercado internacional, em virtude do arrefecimento da demanda daquele mercado, principalmente pela cessação das hostilidades na Coreia e conseqüente diminuição do esforço de guerra americano. No primeiro semestre houve aumento das exportações sobre o ano anterior, embora em montante inferior ao da tonelagem exportada em 1952. O preço da tonelada, que alcançara em fins de 1952 e início de 1953 até 18,50 dólares, foi reduzido durante o último ano ao preço médio de 14 dólares. As encomendas colocadas pelos Estados Unidos têm sido reduzidas, aparecendo entretanto o mercado europeu como grandemente interessado no minério de ferro nacional. Afirma-se que para 1954 os Estados Unidos fizeram contrato com a Cia. Vale do Rio Doce, somente de 50 ou 60 mil t de minério, contra contratos firmados pelo mercado europeu de cerca de 800 000 ou um milhão de t.

Fato idêntico à redução dos preços no mercado internacional ocorreu com a shelita, em virtude de motivos semelhantes. De janeiro a julho de 1952, exportou o Brasil 764 t no valor de 69 milhões de cruzeiros, ao passo que as 885 t exportadas até julho de 1953 só alcançaram a soma de 50,8 milhões.

Entretanto, considerando a forte inelasticidade da procura de mangas os preços do minério permaneceram constantes no período em aprêço e as 103 mil t exportadas em 1953 foram vendidas por 59,2 milhões, contra 102,8 mil t em 1952, por 49,8 milhões. Pode-se concluir que a baixa produtividade do setor mineração é responsável por custos muito elevados, impossibilitando maior expansão da produção. O QUADRO I mostra que o índice de produtividade da indústria nacional de mineração conservou-se estacionário na década iniciada em 1940. Todavia, para os anos vindouros, pelo menos no setor carvão, espera-se com as medidas previstas na lei 1 886, de 11 de junho de 1953, haja um acréscimo de produtividade industrial, com conseqüente redução dos preços de custos, o que permitirá maior rentabilidade do capital aplicado.

SIDERURGIA

Apesar da crescente demanda do mercado interno, a produção nacional de ferro e aço conservou-se aproximadamente nos mesmos níveis de 1952, esgotando-se assim as possibilidades de incremento da produção das usinas com os equipamentos existentes. A produção de lingotes, de janeiro a setembro de 1953, foi de 746 274 t, contra 662 325 t, em igual período de 1952. A de ferro gusa, 597 116 t e 654 447 t nos períodos correspondentes de 1952 e 1953. Enfim, todos os produtos de aço tiveram acréscimo pouco superior ao de 1952 (no período considerado). Entretanto, foram produzidas algumas especialidades, que, embora em quantidades pequenas, deverão funcionar como multiplicador de atividade industrial. Ligas de ferro baixo carbono, de cromo, de ferro silício e aço fundido foram oferecidas ao consumo interno, e desta forma a diversificação da produção básica determinará novos níveis de ocupação, revelando, outrossim, domínio de técnica mais adiantada. As perspectivas para 1954 são auspiciosas, considerando que o segundo alto forno da Companhia Siderúrgica Nacional, a iniciar a produção em fevereiro próximo, melhorará as condições da oferta de aço no mercado interno.

Comenta-se favoravelmente a produção maciça, à base de minério sintetizado, a ser realizada pela Companhia Belgo-Mineira. Isto determinará a redução dos custos, através de menor consumo de combustível, pois o carvão vegetal — utilizado até agora — se torna cada vez mais oneroso.

Os consumidores de aços especiais ainda continuam na expectativa da produção da Acesita, que promete no segundo semestre de 1954 realizar a primeira corrida.

A realidade é que, com a restrição drástica às importações, ainda compramos, no primeiro semestre do ano passado, 4 415 t de aço no mercado exterior. O mercado interno está a exigir da produção nacional maior es-

fôrço. Volta Redonda deverá produzir 760 mil t de lingotes em 1954, esperando alcançar um milhão em 1956.

Ultimamente se disse que, em face de uma menor tensão de guerra, poderia haver declínio acentuado na demanda do aço no mercado internacional, com reflexo no mercado interno, atingindo os programas de expansão das empresas; entretanto, a tese não teve acolhida nos especialistas sobre assuntos de aço, que vêem na expansão do mercado nacional, cada vez mais solicitado pelo desenvolvimento econômico, garantia suficiente do incremento da produção. A produção básica funciona como multiplicador, principalmente se considerarmos a carência nacional da produção de bens de capital, calcada na indústria siderúrgica. É sintomática a inviabilidade de investimentos estrangeiros no setor da construção naval, propostos nos últimos anos, por escassez da produção nacional de chapas.

PETRÓLEO

No processo de desenvolvimento econômico do Brasil, o petróleo continua responsável por tôdas as preocupações, envolvendo sua exploração, discussões de ordem econômica e política, com participação ampla da opinião pública nacional. A tese nacionalista, consubstanciada na mensagem governamental criando a Petrobrás, venceu a tese da livre exploração, com participação de capitais privados nacionais e estrangeiros. O ano de 1954, que se inicia com a incorporação da Petrobrás, criada pela Lei n.º 2004, de 3/10/53, é a estaca zero de um empreendimento em que o Estado arcará com a responsabilidade de obter êxitos em setor exigente de inversões inavaliáveis, já que depende da pesquisa, e cujos resultados têm muito de aleatório. Na presente conjuntura, os derivados do petróleo oferecem a contradição de, por um lado, serem responsáveis por boa parcela do desenvolvimento econômico, e por outro, impedirem o crescimento da renda nacional através de pressão recorde sobre a balança comercial, limitando a compra diversificada de bens essenciais ao próprio desenvolvimento econômico.

Em 1954 prevê-se o consumo de 195 000 barris diários de combustíveis líquidos e lubrificantes de origem mineral, que dependerão quase totalmente de importação, visto como a produção nacional será da ordem de 5 000 mil b/d, representando 1,2% das nossas necessidades. As estimativas do consumo de petróleo e lubrificantes constituem preocupação dominante, pois

de 34 000 b/d em 1945 deverá atingir 486 000 b/d no ano de 1961.

O Conselho Nacional do Petróleo, com verbas relativamente pequenas e orçamentárias, tem-se empenhado em dar à Nação a maior quantidade de óleo negro, e os números do QUADRO IV mostram o resultado desse esforço.

Dêsses poços, os de Candeias, D. João e Itaparica fornecem 3 990 b/d. Os demais poços positivos não estão produzindo, dada a incapacidade

IV - POÇOS PERFURADOS

até 1951	1952	1953	TOTAL	RESULTADO
136	44	53	233	Óleo
22	2	4	28	Óás
69	15	10	94	Sêcos
19	3	3	25	Esgrati- gráficos
TOTAL GERAL			380	-

de refino das refinarias. No Acre há dois poços secos, na Amazônia 3, no Maranhão 1, em São Paulo 1, estando em perfuração 1 no Amazonas, 8 no Maranhão, 5 na Bahia e 1 no Paraná. Ainda na Bahia, existem 28 de gás, 87 secos e 25 estratigráficos.

A indústria de refino do petróleo tende a extraordinário incremento a partir do ano de 1954, devendo-se assinalar que a presença da iniciativa privada nos empreendimentos muito contribuirá para a expansão prevista, o que é apresentado no QUADRO V, fornecido pelo Conselho Nacional do Petróleo.

V — REFINARIAS DE PETRÓLEO NO BRASIL

a) EM FUNCIONAMENTO:

Mataripe, Bahia	2 500 b/d	Governo
Ipiranga, R. G. do Sul	3 000 "	Particular

b) EM CONSTRUÇÃO:

Cubatão, S. Paulo	45 000 b/d	<i>Conclusão prevista</i>	
Mataripe, Bahia (adicional)	2 500 "	Governo	1954
União, S. Paulo	20 000 "	"	Out. 1954
Manguinhos, D. Federal	10 000 "	Particular	1956
Ibessabá, Amazonas	2 500 "	"	1955
		"	1955

c) EM ESTUDOS:

Mataripe, Bahia	10 000 b/d	para óleos lubrif.
Cubatão, S. Paulo	30 000 "	para derivados

Nota: Há, ainda, duas pequenas refinarias em funcionamento, uma em Uruguaiana, R. G. do Sul, e outra em São Paulo, ambas de produção insignificante.

Entretanto, apesar de todo este esforço, as unidades existentes e as programadas, mesmo em 1957, quando deverão atingir a sua capacidade industrial, atenderão apenas 30% da demanda previsível, o que é esclarecido no QUADRO VI.

VI — DEMANDA PREVISÍVEL E CAPACIDADE DE REFINO DE PETRÓLEO E DERIVADOS NO BRASIL 1952 / 1957

A N O S	BARRIS DIÁRIOS DE ÓLEO BRUTO	CAPACIDADE DE REFINO	%
1952	138 000	4 000	2,9
1953	161 200	5 500	3,4
1954	187 500	8 000	4,3
1955	216 900	53 000	24,4
1956	250 600	65 500	26,1
1957	285 700	85 500	30,0

Fonte: Conselho Nacional do Petróleo.

A capacidade de refino, em face da demanda, será de 4,3% em 1954, e em 1957, depois de toda a capacidade instalada, atingir-se-ão provavelmente

30% das necessidades. A partir de 1957, com a execução do programa da Petrobrás, que prevê novas refinarias com a capacidade total de 100 000 barris diários, a capacidade de refino poderá ser consideravelmente aumentada. A execução desse programa, uma vez iniciada, exigirá, porém, um mínimo de três anos para que as primeiras unidades entrem em funcionamento. Unidades de grande porte, como as em causa, exigem cerca de cinco anos, para serem projetadas, construídas e montadas.

A Petrobrás, através investimentos decorrentes em grande parte de subscrição compulsória, empregará na pesquisa, lavra e refino do petróleo quantias da ordem de 2,5 bilhões, o que representa 20% das emissões de capital das sociedades anônimas realizadas, no período janeiro/setembro de 1953.

CIMENTO

Um dos mais solicitados setores industriais nestes últimos dez anos foi sem dúvida o do cimento. A pressão do consumo interno para atender o desenvolvimento econômico teve na iniciativa privada ampla repercussão.

A produção nacional, que em 1952 foi de 1 019 000 t, deverá alcançar em 1954 a extraordinária cifra de 3 304 000 t.

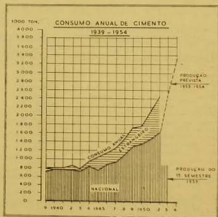
Fato notável do desenvolvimento da indústria de cimento é a tendência de sua distribuição regional, o que influirá de maneira favorável na economia nacional.

A indústria, que se desenvolvera inicialmente nas margens dos dois maiores centros de consumo, Rio de Janeiro e São Paulo, expande-se em outras áreas da Federação, como Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Bahia, Paraná e Distrito Federal.

Estão sendo construídas 14 fábricas, que entrarão provavelmente em funcionamento em 1954 e 1955, e cuja produção, adicionada à das unidades existentes, deverá atingir, se se realizarem as previsões, 4 290 000 t/ano em 1955.

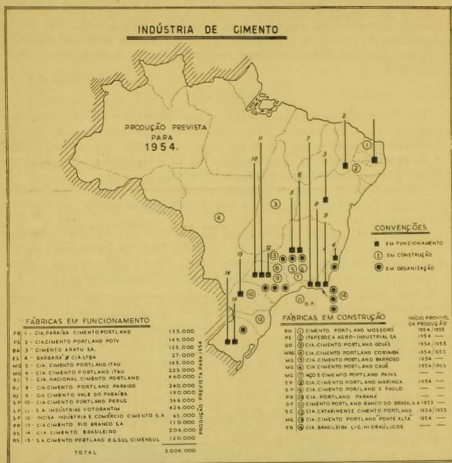
Entretanto, considerando a expansão realizada pela indústria de cimento, este campo continuará de certo a atrair novos investimentos, justificando as decisões nesse sentido tomadas pelas empresas em organização principalmente se levarmos em conta que o consumo nacional é ainda de 44 kg, por habitante, quando nos Estados Unidos é de 273, na Inglaterra 205, na França 199, no Canadá 192, no Uruguai e Chile 118, e na Argentina 89.

A Lei n.º 1 492, de 10 de agosto de 1953, autorizou o Poder Executivo a conceder facilidades públicas aos que instalarem fábricas de cimento no país. Estas facilidades se referem à isenção dos impostos de impor-



tação para consumo e de consumo sobre o material destinado a instalações fabris e complementares, quer se trate de novas instalações, quer de ampliação de fábrica existente.

A indústria de cimento não fugiu aos impactos suportados pelos demais setores, principalmente porque necessita comprar no mercado exterior óleo combustível e utilizar energia elétrica. O fornecimento da energia



de Paulo Afonso deverá impulsionar o setor industrial, pois a região servida pela Hidrelétrica é rica em matérias-primas para a produção de cimento. Em parecer oferecido ao Poder Executivo, o Conselho Nacional de Economia recomenda como medida capaz de receber ajuda governamental a diversificação geográfica da produção, a fim de atender a uma melhor distribuição do produto a preços normais e principalmente possibilitar maior consumo de material básico e criar níveis de ocupação mais descentralizados. O QUADRO VII dá idéia do consumo *per capita* nas diversas regiões do país.

As estimativas da produção apresentadas nos GRÁFICOS indicam que a produção nacional atenderá, dentro de dois anos, as necessidades do consumo. Entretanto, a conjuntura não é prenunciadora de futura saturação

VII - CONSUMO DE CIMENTO PER CAPITA
(Em kg/ano)

ANOS	R E G I Ã O					B R A S I L
	Norte	Nordeste	Leste	Sul	Centro-Oeste	
1942	10,0	4,4	24,9	23,4	5,8	16,7
1943	5,9	6,0	22,2	20,6	4,4	17,0
1944	7,8	5,7	27,0	24,6	7,2	20,0
1945	10,5	7,4	29,2	27,2	5,1	22,1
1946	6,8	8,2	30,6	32,8	5,0	24,2
1947	10,0	6,3	32,5	34,8	3,7	25,2
1948	10,4	8,5	33,6	42,1	5,6	26,3
1949	15,2	12,2	40,3	44,5	6,7	32,9
1950	15,2	13,1	42,8	44,4	6,2	34,5
1951	14,9	17,1	50,1	50,2	2,4	39,5
1952	14,2	13,6	53,9	68,3	6,4	43,6

do mercado interno, tendo em vista os baixos níveis de consumo *per capita*. No primeiro semestre de 1953, verificou-se aumento do cimento nacional, subindo o preço da tonelada a Cr\$ 810,00 e caindo o estrangeiro a Cr\$ 570,00.

BORRACHA

O Brasil tem o privilégio de ser o único país que produz e industrializa a borracha em território metropolitano. O QUADRO I indica ser este setor industrial o que apresenta maior índice de produtividade — característica de seu recente e rápido desenvolvimento. O índice de produtividade alterou-se de 100 em 1940 para 240 em 1949. Em 1952 se verificaram emissões de capital da ordem de 210,2 milhões de cruzeiros, e em 1953 até setembro as novas emissões montaram a 97 milhões.

O desenvolvimento industrial decorre da pressão do mercado interno. Em 1950 o Brasil ocupava o 10.º lugar no consumo mundial de borracha, passando em 1953 para o 7.º. O valor da produção nacional, que em 1946 era de cerca de 993,5 milhões de cruzeiros, subiu em 1953 a 4 165,0 milhões. A produção de borracha em 1952 foi de 28 192 t, contribuindo a indústria pesada com 24 192 t e a leve com 4 000 t. Estes números em 1953 são: 4 000 t para a indústria leve

VIII - BORRACHA
VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL
(Em milhares de cruzeiros)

ANO	INDÚSTRIA PESADA	INDÚSTRIA LEVE	TOTAL
1946	616 216	377 327	993 543
1947	778 459	358 673	1 137 132
1948	933 395	398 084	1 331 479
1949	1 265 175	654 591	1 919 766
1950	1 704 939	850 112	2 555 051
1951	2 172 587	*1 076 971	3 249 558
1952	2 582 636	*1 093 702	3 676 338
1953	*3 061 702	*1 231 765	4 165 013

(*) Dados provisórios.
Fonte: Comissão Executiva da Borracha.

e 26 000 t para a pesada, representando esta última manufatura de pneumáticos e câmaras de ar, e a primeira, os demais artefatos.

O QUADRO fornece as quantidades produzidas pela indústria e revela que em 1953 a produção física superou em cerca de 12,62% a de 1952 e em 120 vezes a de 1939. O contínuo desenvolvimento da indústria pesada da borracha é evidenciado no QUADRO VIII.

O número de peças produzidas em 1953 foi da ordem de 1,9 bilhões, contra 1,6 bilhões em 1952 representando 185 vezes a produção de 1939.

Duas importantes organizações internacionais — a Michelin da França e Goodrich dos Estados Unidos — estudam a possibilidade de investir também no setor pesado grandes capitais atendendo à crescente demanda do mercado interno.

ENXÓFRE

A indústria nacional preocupa-se com as deficiências ocorridas nos suprimentos de enxofre — material necessário ao consumo das indústrias de ácidos, açúcar, aeroplanos, álcool, alvejantes, artigos de borracha, caseína, chapéus, celulóide, cimento, cobre, colas combustíveis, coque, corantes, couro, detergentes, drogas, ebonite, extintores de fogo, explosivos, fenol, fertilizantes, filmes, fumegantes, fungicidas, fósforos, galvanotécnica, gasolina, glicerina, inseticidas, metalúrgica, querosene, papel, purificação de água, refrigerantes, sêda artificial, sabão, soda cáustica, solventes, tecidos e tintas. A crise de abastecimento decorre da intranquilidade internacional, do maior consumo da indústria de paz e principalmente da diminuição dos

IX - IMPORTAÇÃO BRASILEIRA DE ENXOFRE
(Em toneladas)

ESPECIFICAÇÃO	1948	1949	1950	1951	1952	1953*
Em barra	31 059	44 156	64 535	56 951	67 645	4 336
Moído	669	633	3 182	2 750	13 343	4 835
Purificado	127	498	58	202	2 719	-
Bruto	-	-	-	-	-	44 314
Precipitado	-	-	-	-	-	2
Sublimado	-	-	-	-	-	1 21
TOTAL	31 855	45 287	67 775	59 903	83 707	53 508

(*) Janeiro a setembro. Nota: Em 1950, 1951 e 1953, dados sujeitos a retificação.
Fonte: S.E.E.F. do Ministério da Fazenda.

depósitos de enxofre nativo, de extração econômica. Em 1951 as perspectivas foram alarmantes, diminuindo a tensão depois desta data, o que todavia não tranquilizou os consumidores do produto, especialmente após ter sido incluído no rol das matérias-primas estratégicas. Em 1951 as necessidades nacionais mínimas foram estimadas, por comissão encarregada do estudo do problema, em 78 000 t, enquanto o "Sulphur Committee" as orçava em 109 130 t. A CEXIM liberou licenças no total de 150 000 t, tendo sido efetivamente importadas 59 903 t. Em 1952, compraram-se no exterior 83 707, quantidade muito inferior à estimativa das necessidades de consumo em 1951, pelo "Sulphur Committee".

O problema se agrava com o aumento do preço da matéria-prima no mercado internacional, sendo o preço médio da tonelada em 1951 de Cr\$ 1 390,00 e Cr\$ 1 890,00 em 1952.

A Comissão de Estudos do Enxôfre estudou a possibilidade da produção nacional desta matéria-prima. Em relatório apresentado ao Sr. Ministro da Fazenda, concluiu que, desconhecendo-se no Brasil reservas de enxôfre nativo de fácil produção econômica, deveriam encarar-se as possibilidades de aproveitamento de:

- a) gipsita do nordeste;
- b) recuperação do enxôfre dos gases de destilação do carvão;
- c) regeneração dos banhos de decapagem da Usina de Volta Redonda;
- d) aproveitamento da pirita da região de Ouro Preto;
- e) a pirita do carvão do Rio Grande do Sul;
- f) a pirita do carvão do Paraná;
- g) a pirita do carvão de Santa Catarina;
- h) a utilização da pirita concentrada de Santa Catarina.

A Comissão optou pelo planejamento industrial baseado nos dois últimos itens, atendendo às experiências realizadas nos Estados Unidos com os refugos piritosos da Usina de Beneficiamento de Carvão de Capivari, e pelas quais se verificou ser possível obter um concentrado com 45% de enxôfre, 75% de carbono e recuperação total de 80% do enxôfre contido nesses refugos. O plano implicaria na fabricação de ácido sulfúrico em Santa Catarina, distribuição de pirita concentrada às indústrias químicas do Rio e de São Paulo para produção direta de ácido sulfúrico, e fabricação de enxôfre elementar em Santa Catarina. Entretanto, as dificuldades de transporte e outros óbices impediriam a produção econômica baseada nas duas primeiras alternativas. Daí, haver aconselhado a Comissão a última hipótese, que seria a produção de enxôfre elementar em Santa Catarina, completada por uma usina siderúrgica, a qual, em virtude da escassez de minério de ferro na região, consumiria minério de Minas Gerais, transportado de retorno pela frota carvoeira. O mercado do sul foi considerado capaz de absorver a produção da nova usina, que produziria 70 000 t de enxôfre elementar e 160 000 t de ferro gusa. Os respectivos investimentos montariam a cerca de 600 milhões de cruzeiros, constituídos de duas parcelas, uma em dólares e outra em cruzeiros. Julgou possível a Comissão realizar a primeira com um empréstimo ao Export and Import Bank, resgatável em vinte anos a juros de 4% e a outra, com a colocação de capital de uma empresa constituída para operar o complexo industrial, com controle governamental, através a Companhia Siderúrgica Nacional. As perspectivas para os anos futuros dependerão em grande parte de execução do Plano de Carvão.

PAPEL

Continua a expandir-se a indústria de papel, embora sem a intensidade requerida pelo consumo nacional. Indica-se como principal responsável a de-

ficiência de energia elétrica, em virtude do alto consumo de energia, que caracteriza o processo industrial. O país é rico em matérias-primas, e, apesar da crise que se esboça em futuro próximo no mercado mundial, a produção nacional ainda não reagiu às necessidades do mercado interno, satisfeito em parte pelo exterior, numa média de 100 000 t anuais, no valor de 704 milhões de cruzeiros, o que representa pouco menos de um terço da produção nacional. A deficiência da produção reside principalmente no setor de papéis para impressão de jornais, que participam nas importações com a percentagem de 90% do total. Os dados atestam que a atração de investimentos para a indústria pesada de papel tipo imprensa não tem sido muito importante, o que se explica pelo vulto dos capitais a serem aplicados e pela demanda de técnica avançada, aos quais se junta a insuficiência do setor energético. Afirmam-se que os proprietários de terra no Paraná procuram associar-se para grandes investimentos no setor papel de imprensa e que os estudos para um grande empreendimento estão prontos. O grupo Ibessabá da Amazônia pretende também utilizar um arbusto abundante na paisagem amazônica — a imbaúba branca — para produção de papel, dependendo entretanto de energia elétrica, que acredita obter com a construção das centrais elétricas previstas no Plano de Valorização Amazônica.

VIDRO E PORCELANA

O incremento verificado na produção nacional alcançou preponderantemente o setor vidro e porcelana. A indústria nacional atende de modo geral ao consumo interno, dependendo de importação somente algumas especialidades manufaturadas em vidro e porcelana para pesquisas em laboratório. Relativamente à indústria do vidro cabem algumas considerações sobre a conjuntura atual, pois embora a indústria apresente agora o seu maior desenvolvimento, vive da crise de estrutura, transformando empresas tradicionais em marginais. A indústria vidreira pode ser considerada, em vista dos processos de produção, em manufatureira de vidro plano, vasilhames para farmácia e laboratórios, artefatos de uso doméstico e industrial e finalmente em produtora de ampolas para injeções. Cada processo de produção difere de qualquer outro importando em tipos especiais de equipamentos, técnica e volume de investimentos. O traço de união que os liga é o emprêgo comum das principais matérias-primas, sílica e carbonato de sódio, a primeira abundante no território nacional, e a segunda dependente do exterior até que comece a produzir a Cia. Nacional de Álcalis. A referida crise de estrutura relaciona-se aos processos de produção e atinge as empresas produtoras de vasilhame (a comumente denominada indústria de garrafaria), cujo equipamento se tornou obsoleto. O desajustamento esboçou-se após a guerra e embora prejudicial a algumas empresas que não se reequiparam para a produção automática, foi considerada benéfica para a economia nacional, em face da alta produtividade do estabelecimento de produção mecanizada. O processo anterior utilizado por grande número de fábricas para manufatura de vasilhames era o de produção manual ou o semi-automático, que se equivaliam em produtividade. Comparando-se a produtividade do processo semi-automático ou do manual com a observada

na operação das máquinas automáticas Hartford, vê-se que nos primeiros a produtividade é da média de 43 unidades por homem-hora, e no segundo, de 600. Assim, uma empresa no Rio ampliou as suas instalações com mais unidades Hartford, e outra iniciou a produção em começos de 1953 com duas unidades modernas. Em São Paulo, as três maiores empresas ampliaram-se com novos equipamentos. O fato respondeu pelo agravamento da situação das unidades de produção empírica, que vinham lutando com a baixa produtividade da mão-de-obra especializada, de difícil qualificação e de operação penosa. A crise nas empresas marginais atingiu ponto elevado em 1953, sendo que somente no Rio duas companhias tradicionais paralisaram suas atividades, esperando-se situação mais grave em 1954. Por ocasião do último dissídio coletivo na indústria vidreira (região Rio), apenas as empresas de produção automática atenderam imediatamente à decisão judicial. Outro problema que se apresenta para os consumidores de vasilhames de vidro é a disparidade de preços resultante da produção automática e da manual ou semi-automática, porquanto os preços da primeira são muito mais baixos que os da segunda, acrescentando-se que o produto de origem automática é de qualidade superior.

Entretanto, isto não eliminará imediatamente as empresas não modernizadas, pois os equipamentos Hartford só poderão receber encomendas em grande quantidade para os maiores consumidores, por não compensar a pequena produção. Desta forma as fábricas de produção manual atenderão às pequenas encomendas, apesar da alta de preços, até que uma política de consumo permita a estandartização de modelos, permitindo aos pequenos consumidores se abastecerem nos estoques das grandes fábricas. O setor de artigos de mesa, embora constitua produção artesanal, sofreu a influência da mecanização, e a produção de copos, do tipo denominado americano, é também obtida através do processo mecanizado, por uma unidade industrial do Rio e outra de São Paulo. O copo foi vendido no ano de 1953 mais barato que em 1946, apesar do aumento geral de preços, devendo-se levar em conta que o copo de 1946 era feito a mão. Notável esforço da indústria no sentido de elevar os índices de produtividade é tão representativo que, nos últimos anos, foi extinta a produção de copos lisos a mão.

A indústria de ampolas para laboratórios, depois de amplo desenvolvimento — a produção nacional atendia ao mercado interno e exportava os excedentes —, sofreu nos últimos anos a influência da produção do flaconete para medicamentos que veio substituir a ampola, com superioridade de economia de embalagem, segurança e preço.

A indústria de vidro plano continuou em 1953 o mesmo ritmo de 1952, atendendo integralmente ao mercado interno, o que permitiu abastecer o ramo das construções imobiliárias. A produção cresceu em volume e diversificação, possibilitando-lhe assumir boa posição no mercado exportador, através os subsídios da nova política cambial. Fato notável ocorrido ultimamente na indústria de vidro plano é o que se refere à produção de vidros de segurança inestilháveis para automóveis e aviões, contribuindo para a complementação das indústrias auxiliares de produção de automóveis e caminhões.

O Brasil tornou-se também auto-suficiente em porcelana. O volume da produção atende ao mercado interno e a qualidade do produto é satisfatória. Assim, a Europa perde o mercado brasileiro, sendo atingidas mais frontalmente a Inglaterra, Alemanha, Portugal, Tchecoslováquia e Polônia.

Em 1954 a produção nacional inicia a luta para conseguir posição no mercado internacional, o que se espera alcançar com a política cambial adequada, já posta em prática pela Resolução 70.

INDÚSTRIA TÊXTIL

Apesar da indústria têxtil constituir o mais antigo e importante setor da produção industrial do país, sua contribuição para o balanço de pagamentos ainda não se tornou permanente, oscilando muito as quantidades exportadas anualmente. Nos últimos anos a indústria envidou grande esforço para promover a substituição de equipamentos obsoletos por modernos. Algumas fábricas construíram estabelecimentos de produção integralmente automática, com produtividade operacional idêntica à das boas fábricas estrangeiras. A produção aumentou em quantidade e qualidade; entretanto, este esforço, embora refletindo-se na produção substitutiva, não forneceu a contribuição que seria de esperar para a balança comercial, em face dos capitais disponíveis neste ramo e sua tradição no parque industrial brasileiro.

As importações de equipamentos para a indústria têxtil, constantes do QUADRO X, revelam o acréscimo de investimentos em bens de capital.

X - IMPORTAÇÕES DE EQUIPAMENTOS PARA A INDÚSTRIA TÊXTIL
(Em milhões de cruzeiros)

1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952
29 932	82 186	184 037	465 565	541 731	580 526	453 968	467 286	387 772

Fonte: S.E.E.F.

Os investimentos maciços realizados pela indústria, de 1944 a 1952, em equipamentos industriais de origem estrangeira, totalizaram 3,2 bilhões de cruzeiros.

A indústria tem repellido algumas medidas de política econômica impostas, alegando serem elas o principal responsável pelas restrições à sua expansão e participação na renda nacional, apesar do esforço da iniciativa privada no sentido de melhorar as instalações fabris, como se nota através das grandes inversões feitas.

A medida mais fortemente combatida pelos industriais têxteis foi a proibição de exportação no após-guerra que contribuiu para a perda do mercado exterior conquistado com grandes esforços. A segunda medida condenada pelo ramo industrial foi a aquisição, por parte do governo, dos estoques de algodão das safras de 1951/52 e 1952/53, a preços superiores aos que vinham sendo pagos pela indústria nacional.

Entretanto, com a atual política cambial é de acreditar-se que nossa produção volte a competir no mercado internacional, desde que os investimentos em equipamentos realizados pela indústria continuem a incrementar os índices de produtividade e conseqüente redução de custo. Isto, justamente com as bonificações à exportação, permitirá maiores possibilidades de competições (Índices de produtividade da indústria: 100 em 1940 e 110 em 1950).

INDÚSTRIA AÇUCAREIRA

Em fins de 1953, verificou-se grande inquietação nos meios açucareiros, e o ano de 1954 deverá ser decisivo para os rumos futuros da produção nacional de açúcar. A política de limitação da produção, desenvolvida pelo IAA, feriu de frente os interesses dos industriais de São Paulo, em seus desejos de expansão. Em 1945 o Estado bandeirante produziu 3 bilhões de sacos e, conforme estimativas oficiais, atingirá 11 bilhões em 1954, assumindo a liderança da produção nacional. O IAA apresenta o problema como capaz de trazer prejuízos irremediáveis às demais regiões produtoras, principalmente o Nordeste, dada a possibilidade de ser o mercado da indústria do Norte invadido pela produção paulista.

A autarquia controladora da produção propõe para São Paulo medidas baseadas em restrição de créditos no que se refere à produção açucareira, e facilidades de financiamento quanto à produção de álcool industrial ou anidrido, possibilitando a atender à diversificação da produção industrial e consumo de carburante para veículos. A indústria paulista alega que os excedentes de sua produção seriam realmente empregados na produção de álcool e exportados, de acordo com as cotas maiores reservadas ao Brasil pela Convenção Internacional dos Países Produtores. Isto todavia parece não convencer o IAA de que a produção paulista não fará concorrência à do Nordeste.

O assunto está pendente de decisão do Poder Executivo, que determinou se ouvisse o Conselho Nacional de Economia sobre a matéria.

MACIFE S. A.

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Telefone 23-2151

Rêde Interna



Caixa Postal 1201

Telegramas: MACIFE

São Paulo — Niterói — Belo Horizonte — Salvador
RIO DE JANEIRO

Distribuidora dos produtos de Volta Redonda, Belgo Mineira, usinas paulistas e do cimento Mauá.

Importadora de materiais para a indústria em geral.

Cimento, chapas pretas e galvanizadas, ferros em todos os perfis para construções e indústrias, arames e tubos para todos os fins.

Fôlhas-de-flandres.

Escritório e Vendas: — AV. PRESIDENTE VARGAS, 509-3.º

Depósito: — AVENIDA BRASIL, 1852 — TEL. 48-7387